

ID: 117272808

21-05-2025

Ventura diz que vai liderar oposição e preparar "governo alternativo". Marcelo garante "estabilidade"

Montenegro, que saiu de Belém em silêncio, tem já um teste à governabilidade: o PCP vai apresentar uma moção de rejeição ao programa do governo. Pedro Nuno garantiu ao Presidente querer que "a situação política estabilize rapidamente"

Joana Mesquita

O Presidente da República ouviu ontem os três maiores partidos, e, no final, garantiu que "vamos ter estabilidade". À saída do encontro com Marcelo Rebelo de Sousa, André Ventura, vestindo o fato de líder da oposição, prometeu que o Chega se vai preparar para ser um governo alternativo e que, para já, será um "farol de estabilidade". Do lado do PS, Pedro Nuno Santos expressou o desejo de que a situação política do país estabilize rapidamente. Luís Montenegro saiu em silêncio, mas a posição que a AD transmitiu a Marcelo Rebelo de Sousa é conhecida: governar sem um parceiro preferencial, negociando, com todos, da esquerda à direita, medida a medida, no Parlamento.

O chefe de Estado até reservou duas horas para cada audiência, explicando que no passado uma hora por reunião fora insuficiente, mas, afinal, o tempo foi de sobra. O líder do PSD esteve apenas uma hora com Marcelo Rebelo de Sousa, o

secretário-geral demissionário do PS precisou de apenas 20 minutos e o presidente do Chega esteve em Belém 40 minutos.

Estas primeiras reuniões assumem um carácter exploratório, como o próprio Presidente assumiu. Desde logo, ainda não é certo qual dos partidos é o segundo com mais deputados. PS e Chega estão empatados em

número de mandatos e só quando forem atribuídos os quatro mandatos dos círculos da emigração – previsivelmente, a 28 de Maio – será possível apurar a hierarquia final.

Por outro lado, há a mudança de liderança no PS. Só no sábado – quando Pedro Nuno Santos abandona o cargo de secretário-geral, sendo substituído interinamente por Carlos César, presidente do partido – é que os socialistas se reúnem em comissão nacional para debater o calendário interno do partido e a posição em relação ao próximo executivo liderado pelos sociais-democratas. Por isso, Marcelo Rebelo de Sousa já fez saber que pretende ouvir novamente os partidos para a semana.

André Ventura, que chegou com um atraso de 20 minutos, foi o último a ser ouvido. Referindo que, ao que "tudo indica", caberá ao Chega o segundo lugar, apontou que o partido vai "liderar a oposição" e, como tal, preparar "um governo alternativo pronto para governar a qualquer momento, caso os portugueses sejam chamados às urnas", declarou aos jornalistas, à saída do

“

Desejamos que o país rapidamente tenha a sua situação política clarificada para dar um rumo ao país

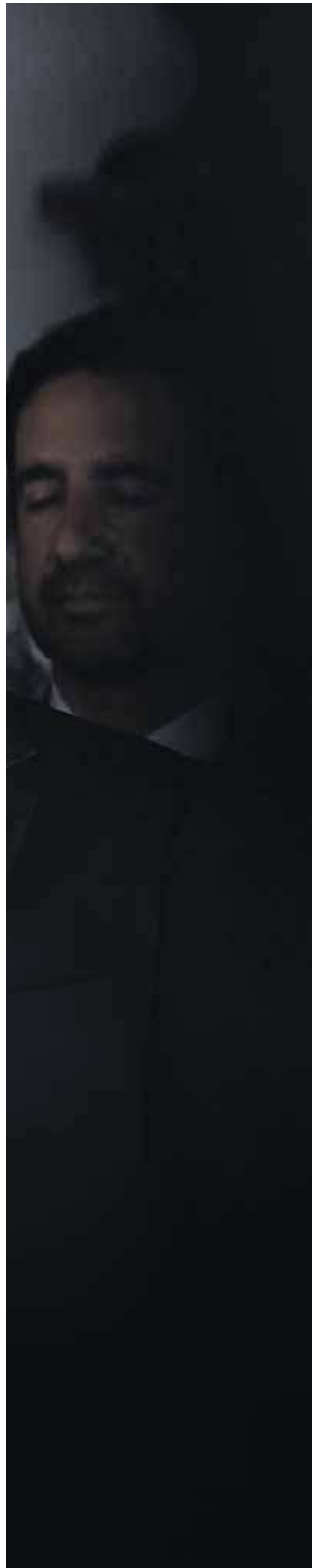
Pedro Nuno Santos
Secretário-geral do PS



ID: 117272808

21-05-2025

Reunião de André Ventura com Marcelo durou cerca de 40 minutos



encontro com Marcelo. Tentando mostrar uma atitude de maior moderação, o presidente do Chega garantiu que será um “farol de estabilidade”, prometendo não alimentar outra crise política porque o “país não precisa de mais eleições”. Mas, num rápido regresso à sua atitude mais comum, Ventura logo tratou de dizer que não pode assegurar “a estabilidade a qualquer custo”. E avisou: o Chega quer uma estabilidade que garanta a luta contra a corrupção e a “subsidiopendência” e dê atenção à imigração para evitar um país “de portas abertas”.

Antes, Pedro Nuno Santos tinha dito querer estabilidade. O líder demissionário do PS disse apenas que o seu “desejo” é que “que a situação política em Portugal estabilize rapidamente e que o país possa fazer o seu caminho”.

“Desejamos que o país rapidamente tenha a sua situação política clarificada para dar um rumo ao país e resolver os problemas dos portugueses”, disse, acrescentando esperar que “o país tenha a sua situação política clarificada”.

Luís Montenegro, que foi o primeiro a ser recebido no Palácio de Belém, escusou-se a fazer declarações aos jornalistas. Questionado sobre como é que correu a reunião, o líder da AD e primeiro-ministro disse apenas que foi “normal”.

À tarde, o PCP fez saber que vai apresentar uma moção de rejeição ao programa do governo que Montenegro formar. Assim, PS e/ou Chega terão de assegurar a inviabilização da iniciativa dos comunistas porque Marcelo já disse que só nomeia um primeiro-ministro com a certeza de que o próximo executivo não morre à nascença.

Findos os encontros, o Presidente da República participou na sessão comemorativa dos 40 anos da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e, apesar de ter começado por dizer aos jornalistas presentes que não falaria nem à entrada nem à saída do evento, acabou por fazê-lo: “Vamos ter estabilidade”, assegurou, considerando que estas três reuniões “correram bem”, mas notando que o processo de audiências vai prosseguir. “Vamos ter as reuniões, ainda faltam muitos partidos.”

Durante o dia de hoje, Marcelo Rebelo de Sousa vai ouvir Livre e Iniciativa Liberal e depois seguir-se-ão os partidos com menor representação. Para a semana, o Presidente ouvirá novamente as três maiores forças parlamentares. **com David Santiago**

Liderança do PS

Vieira da Silva pressionada, Medina pondera, Alexandra Leitão de fora

Maria Lopes

Contra a ideia do facto consumado de ter José Luís Carneiro como sucessor natural de Pedro Nuno Santos que já paira no partido, as hostes socialistas mais ligadas ao “costismo” estão a pressionar Mariana Vieira da Silva a candidatar-se à liderança do PS. A ex-ministra da Presidência de António Costa foi a aposta de Pedro Nuno Santos à frente da lista de candidatos pelo círculo de Lisboa nestas duas últimas legislativas, onde os socialistas encolheram de 21 eleitos em 2022 para 15 há um ano e agora 12. Vieira da Silva é vista como uma figura que poderia reunir apoios entre os que estiveram com o ainda secretário-geral nas directas de há ano e meio, bem como entre os que apoiaram Carneiro nessa altura.

Ontem à noite, em entrevista na SIC, a socialista disse estar “disponível para ajudar o PS a voltar a ter a confiança dos portugueses” e não quis responder sobre se será ou não candidata, defendendo que o momento é “de reflexão” e que quem já tinha pensado em candidatar-se à liderança do PS “não tem direito prioritário”.

Em Dezembro de 2023, Mariana Vieira da Silva não deu apoio público a nenhum candidato à liderança do partido, embora tivesse ganho um carimbo de estar mais inclinada para José Luís Carneiro quando este a integrou na sua quota de 35% de nomeações para os órgãos nacionais do PS. Fernando Medina integraria também essa quota.

O ex-ministro das Finanças é outro dos nomes socialistas que há muito entram na lista de possíveis futuros líderes. Anteontem, ao PÚBLICO, respondeu apenas: “Sobre eleições internas não falarei nos próximos dias”, não fechando a porta a uma eventual candidatura. Nesse dia à noite, na SIC, recusou responder sobre se será candidato, dizendo que o momento é “de reflexão”. O ex-ministro e ex-deputado poderá estar à espera de saber qual o calendário que sairá da reunião da comissão nacional de sábado.

Medina ficou de fora das listas de candidatos a deputados por vontade própria e foi uma das vozes críticas da estratégia de Pedro Nuno Santos de votar contra a moção de confiança apresentada pelo Governo em Março e que levou à sua queda. Apesar disso, discursou no comício do PS na Aula Magna, na passada semana, insurgindo-se contra a governa-

ção da AD e elogiando a “entrega e disponibilidade” de Pedro Nuno ao partido, de quem disse que “defende os valores do PS, puxa e luta” pelo partido.

Quem já veio esclarecer que não tenciona candidatar-se à liderança do partido é Alexandra Leitão: no domingo à noite, apesar de realçar que está concentrada na corrida à Câmara de Lisboa, não quis afastar liminarmente a hipótese, mas nesta terça-feira já a recusou oficialmente. Se ganhasse a autarquia, seria extremamente difícil acumular as funções; se perdesse, ficaria fragilizada na corrida à liderança.

Entretanto, aumentam as dúvidas sobre o calendário interno, com os apoiantes de José Luís Carneiro a quererem que a eleição do secretário-geral seja antes do Verão, ao passo que outros dirigentes ouvidos pelo PÚBLICO defendem que o partido deve aproveitar para fazer uma espécie de reflexão de refundação, para a qual se precisaria de mais tempo, nomeadamente, deixar as directas para depois das autárquicas e até idealmente para depois das presidenciais de Janeiro de 2026. Além disso, defendem, se as autárquicas correrem mal ao PS, a culpa será assacada ao novo líder, o que será já um mau começo; e se correrem bem, haverá quem atribua o sucesso a Pedro Nuno Santos, que foi quem escolheu os candidatos.

Não contaminar autárquicas

Neste momento, há uma preocupação de não deixar contaminar (demasiado) as autárquicas com o mau resultado e com a crise de liderança que se instalou no partido. A estratégia é motivar as estruturas concelhias para um trabalho ainda mais próximo das populações nestes quatro meses, para procurar estacar

a sensação de que o Chega possa ser a solução para os descontentes com o sistema. Nos executivos camarários, governa quem tem mais um voto, o que exige empenho redobrado para que o cenário destas legislativas não seja transponível para as eleições locais.

Há, portanto, uma urgência no PS: não a de encontrar um novo líder, mas de encontrar um novo rumo. Primeiro, fazer o luto; depois, reaproximar-se dos trabalhadores e da classe média que tem tido menos respostas nos últimos anos. E, ao mesmo tempo, deixar a AD governar, viabilizando-lhe o programa, perante a moção de rejeição já anunciada pelo PCP, e os orçamentos.

Ao PÚBLICO, o eurodeputado Bruno Gonçalves, que foi secretário-geral da União Internacional da Juventude Socialista entre 2021 e 2024 e vice-presidente da Internacional Socialista, acrescenta outro desígnio do PS: chegar aos jovens. “Nos dez concelhos mais jovens do país, o PS venceu... zero”, aponta, defendendo que o partido necessita de “uma reflexão profunda e de tempo” sobre as causas que o afastaram do eleitorado (em especial dos jovens), “conhecer as franjas do eleitorado que não lhe confiaram o voto” e “precisa perceber que está a acontecer uma mudança estrutural no sistema político”.

“Se o PS quiser resolver o presente a olhar para o passado, dificilmente terá [uma solução de] futuro”, afirma, acrescentando que o partido tem de se “reencontrar com os jovens”, através de “novas narrativas e novas caras”. Não adianta, porém, nomes, mas antes uma estratégia: “Temos de voltar às escolas [secundárias], às universidades, associações de jovens; apostar nas redes sociais; formar novas mensagens.”



Fernando Medina e Vieira da Silva falados para a liderança do PS

ID: 117272808

21-05-2025

Bloco foi o mais prejudicado

Nestas legislativas, 9,76% dos votos foram para o “lixo”

Liliana Borges

Há 5,96 milhões de votos válidos que não foram convertidos em mandatos e número deverá aumentar com círculos da emigração

Eleição após eleição, centenas de milhares de votos são inutilizados, já que não são convertidos na eleição de nenhum deputado. Nestas legislativas foram 567.930, segundo o *site* O Meu Voto, o que corresponde a 9,76% do total de boletins depositados em urna. Ou seja, quase um em cada dez votos não contribuiu para a eleição de deputados. O número deverá aumentar depois de contabilizados os votos da emigração, que só serão contados a 28 de Maio.

Ao PÚBLICO, o politólogo Luís Humberto Teixeira, responsável pelo projecto O Meu Voto, explica que a percentagem só não cresceu mais porque houve uma queda de votos nos partidos médios, com a erosão do eleitorado do Bloco de Esquerda (BE) e da CDU. E é precisamente o BE que surge como o partido mais prejudicado pela forma como os votos expressos em urna são convertidos em mandatos. No total, 75% dos votos do BE foram desperdiçados. Já o PS e o Chega são os que menos perdem.

Votos no PS elegeram todos

Apesar de terem perdido expressão parlamentar, os socialistas conseguiram eleger deputados em todos os círculos eleitorais, pelo que todos os votos no PS contribuíram para a eleição de um deputado. Foi o único dos três grandes partidos a consegui-lo. O Chega não elegeu em Bragança, apesar de neste círculo eleitoral ter tido 14.288 votos, o equivalente a 1,06% dos votos no partido. Já a AD não elegeu nenhum deputado pelo círculo de Portalegre, apesar de ter tido 15.458 votos neste distrito (o que corresponde 0,81% dos votos válidos na coligação).

Mas o partido mais prejudicado, por larga distância, foi o BE. A dispersão de votos no partido por todo o território nacional fez com que 75% dos votos não contassem (dos 119.211 votos recolhidos, 89.297 não contribuíram para a eleição de nenhum deputado).

O fenómeno não é isolado. Em termos absolutos, é o BE, sistematicamente, o partido que mais votos vê perdidos. Aconteceu nas três últimas

**Portalegre foi, pela 4.ª vez, o círculo com mais votos desperdiçados**

eleições antecipadas. Curiosamente, aponta o politólogo, “embora seja, em média, o mais prejudicado a cada eleição legislativa, o BE não mostra qualquer vontade de introduzir alterações” à lei eleitoral, ao contrário do PAN, Livre ou Iniciativa Liberal, que são favoráveis à introdução de mecanismos de compensação.

Além de beneficiar os grandes partidos, o sistema dá primazia aos maiores círculos eleitorais, isto é, os mais populosos (e que garantem a eleição de mais deputados). Enquanto em Portalegre 41% dos votos foram desperdiçados, em Lisboa apenas 2,65% do total de votos não foram convertidos em mandatos. Esta é a quarta vez que Portalegre (precisamente o distrito que elege menos deputados: dois) surge como o círculo eleitoral com mais votos desperdiçados (seguindo-se os de Bragança e Beja, também estes distritos com pouca população e que por isso atribuem menos mandatos: três em ambos os casos).

Na plataforma criada por Luís Humberto Teixeira, é possível alargar o exercício a vários círculos eleitorais, como convida o politólogo. No círculo eleitoral de Leiria, que elege dez deputados, houve um total de 47.203 votos não converti-

Haver votos que não servem para eleger é, para o politólogo Luís Humberto Teixeira, uma “subversão da ideia de voto”

dos em mandatos, o que representa 18,37% do total de votos válidos neste círculo.

Esta discrepância no peso relativo que cada voto tem consoante o círculo eleitoral contribui “para que os eleitores alterem o seu voto e optem por votar nos partidos que têm mais hipóteses de eleger deputados do que nos partidos com os quais se identificam, o que é uma subversão da ideia de voto”, lamenta, referindo-se ao chamado “voto útil”.

Exemplo disso é o ADN, que teve uma votação quase quatro vezes superior à do Juntos pelo Povo (JPP), que se vai estrear no Parlamento, graças à concentração dos seus votos no círculo da Madeira. “De que serve estar inscrito na lei o princípio da igualdade de voto, se depois, na prática, acontecem situações de desequilíbrio”, questiona.

Apesar de cerca de meio milhão de votos ser desperdiçado a cada eleição legislativa, há pouca vontade política de introduzir alterações ao sistema eleitoral. As exceções encontram-se na Iniciativa Liberal (IL), Livre e PAN. Enquanto os dois primeiros defendem um círculo de compensação nacional (a exemplo do que existe nos Açores), o PAN sugere a diminuição do número de círculos eleitorais, de forma a garantir que regiões mais desertificadas consigam, juntas, eleger mais deputados. Há ainda a hipótese de um círculo eleitoral único, como acontece na Madeira.

No entanto, o Parlamento chumbou todas as tentativas de introdução de mudanças à lei eleitoral, designadamente graças ao acordo do chamado “centrão”, já que PS e PSD (e agora também o Chega) são os principais beneficiários de um sistema que privilegia os maiores partidos.

Paulo Raimundo

PCP avança com rejeição ao programa do governo: “Há razões acrescidas”

Ana Bacelar Begonha

O PCP vai avançar com uma moção de rejeição ao programa do próximo governo da AD. O executivo ainda não está formado e o documento ainda não foi entregue, mas os comunistas já perspectivam o que vai ser proposto pelo PSD e CDS: privatizações, um “assalto à Segurança Social”, o “desmantelamento do SNS” e “alterações às leis laborais”. Por isso, querem travar esses processos, considerando até que existem hoje “razões acrescidas” para o fazer.

“Não vale a pena estar à espera de grandes programas de governo porque sabemos a ideia fundamental” da AD, afirmou Paulo Raimundo, numa conferência de imprensa, em que considerou que “a primeira iniciativa para travar isso é a apresentação de uma moção de rejeição do programa do governo”, tal como o PCP fez na legislatura ainda em curso.

Garantindo que os comunistas não vão “abdicar” desse “instrumento”, o secretário-geral do PCP defendeu que “hoje há razões acrescidas para rejeitar” o programa da AD. Desde logo, porque com o crescimento da direita nas eleições de domingo, “o que se perspectiva é a unidade entre o conjunto das forças na Assembleia”.

Acresce que, para Raimundo, “as eleições não alteraram nada” sobre o caso da empresa familiar do primeiro-ministro, que “devia ter-se demitido”: “As eleições não o livram dessa profunda incompatibilidade e das responsabilidades enquanto primeiro-ministro”, vincou.

**Paulo Raimundo, secretário-geral do PCP**

Mesmo que a moção acabe chumbada, o comunista contrapõe que se trata de “um sinal claro de combate às consequências na vida das pessoas” causadas pelo actual Governo e “de “ânimo” para “aqueles que não desistem”. “Vale pela condenação e por aquilo que abre de esperança”, disse.

Nem o argumento da estabilidade cola para o PCP, que defende que “não vale a pena pensar que se garante a estabilidade governativa se a vida das pessoas continuar instável”. Até que isso aconteça, “não há outros nem maiorias parlamentares que durem para sempre”, avisou.

O anúncio foi feito na sede do partido, onde o líder do PCP apresentou ontem as conclusões do comité central sobre os resultados eleitorais. A CDU perdeu um deputado, passando a ter três assentos, mas voltou a apresentar esse desfecho como “um significado de resistência” perante uma “evolução negativa” devido ao “crescimento da AD, do Chega e da IL”.

“O que explica o nosso resultado é a profunda ligação à vida, termos abordado o que importa às pessoas” em “tempos que estão tudo menos para o progresso”, disse aos jornalistas, acrescentando que, se outros partidos o tivessem feito, “talvez os resultados tivessem sido outros na globalidade”.

Face ao cenário actual, o comunista alertou para o “perigo real da intensificação” de uma “agenda retrógrada, neoliberal e antipopular”. Nomeadamente, no que diz respeito à possível alteração da Constituição, que levou Raimundo a apelar aos “democratas e patriotas” para que a defendam e garantam que tem “efeitos práticos na vida de cada um”.

“Este não é o momento de esperar para ver, de encolhimentos ou de ilusões. Este é o tempo dos democratas e dos patriotas assumirem o caminho da resistência e da luta contra o retrocesso”, insistiu, defendendo a “afirmação de uma alternativa” que seja “clara, de coragem” e “de perspectivas às pessoas”.

O mote dos comunistas continua, assim, a ser “tomar a iniciativa”, tal como no congresso de Dezembro, e, por isso, prometem não só oporem-se ao programa do governo, mas também continuar a defender as prioridades do PCP: salários, pensões, saúde, habitação educação, custo de vida, direitos das crianças e dos pais, das mulheres, da juventude e do ambiente.

ID: 117272808

21-05-2025

André Ventura

Foi o discurso anti-imigração que deu mais votos ao Chega?

Discurso contra corrupção, populações ciganas e os *media* ajudaram partido a subir, dizem especialistas

Joana Gorção Henriques

A subida da votação no Chega, que em seis anos passou de 1 para 58 deputados (ainda sem os votos da emigração), deixou alguns surpreendidos. Uma das suas bandeiras foi o discurso anti-imigração, mas não é consensual entre analistas a ideia de que isso tenha sido factor decisivo na eleição destes quase 60 deputados.

João Carvalho, cientista político do ISCTE que tem um projecto sobre o impacto de partidos de extrema-direita na política de imigração, atribui o factor de ascensão de André Ventura ao populismo em geral e ao antipartidarismo em particular. Acha mesmo que sem o tema da imigração na agenda o Chega poderia ter chegado aos mesmos resultados. “A relação é muito mais ténue, por exemplo, do que o populismo e o nativismo contra as minorias étnicas” – sobretudo contra as pessoas ciganas, refere.

Também Isabel Estrada Carvalhais, doutorada em Sociologia e professora na Universidade do Minho, considera que “a questão da segurança e da imigração terá tido a sua influência, mas não foi o único factor de decisão e seguramente não actuou com a mesma intensidade em todas as localidades”.

Lembra mesmo que, quando André Ventura entrou no Parlamento, em 2019, o seu discurso centrava-se na “questão da transparência e da luta contra a corrupção em particular na classe política”. E “não deixa de ser interessante verificar que a corrupção na sociedade civil nunca lhe mereceu igual combate político”.

Igualmente, André Carmo, professor de Geografia na Universidade de Évora, acha que é difícil não constatar que as décadas de governação socialista “defraudaram expectativas” das classes trabalhadoras, o que pode ser um dos facto-

res explicativos para esta vitória do Chega.

É preciso não esquecer o papel que os *media* desempenharam, consideram ainda João Carvalho e Isabel Estrada Carvalhais. “Um dos principais factores para Ventura ser tão bem sucedido em Portugal são os meios de comunicação social”, diz mesmo João Carvalho.

Cita um estudo da Marktest que mostrou que André Ventura ocupou em 2024 o segundo lugar da exposição mediática, “intervindo na primeira pessoa em 1658 notícias com 74 horas e 20 minutos”, a seguir ao primeiro-ministro Luís Montenegro. Isto mostra que o Chega se tornou “no principal partido da oposição” ainda antes destas eleições e que André Ventura “tomou os meios de comunicação de assalto”: “Ventura cultivou um estilo agressivo, que cria indignação e as pessoas são atraídas por isto, como o são pelo espírito clubístico.”

Para Isabel Estrada Carvalhais “num efeito de cata-vento, o Chega acaba por acompanhar aquilo que é explorado insistentemente pela própria comunicação social” que, nos últimos meses, tem dado uma “enorme visibilidade” ao tema da imigração. Apesar de algumas peças que tentam desconstruir os preconceitos, o “que tem mais efeito é o palco dado a casos negativos”, refere, exemplificando com “a forma insistente como algumas peças jornalísticas têm passado repetidamente em alguns canais, e que acabam por reforçar preconceitos contra determinadas comunidades”.

Por isso questiona: “Até que ponto a própria comunicação social, sem ter uma intenção deliberada, não acabou por contribuir para este fenómeno de estigmatização da imigração?” Mas a deputada independente ao Parlamento Europeu pelo PS entre 2019 e 2024 vai mais longe: “Está criada a ideia de que temos um problema de imigração e de segurança, que não corresponde à verdade.



Se a comunicação social, se os *opinion-makers*, se os nossos columnistas e todos aqueles que têm um acesso privilegiado aos meios de informação insistirem na ideia de que o voto no Chega ocorreu em virtude de uma convicção dos portugueses em matéria de segurança e de imigração, claro que o próprio partido vai dizer que foi isso que aconteceu e, portanto, não terá em atenção que muitos outros elementos poderão ter participado nesse voto.”

Problemas de regularização

João Carvalho traz para o debate o sentimento anticiganos, que já estava instalado em Portugal antes de haver imigração e que mostra as clivagens na sociedade portuguesa. “Em 2017, quando o Ventura fez o discurso de Loures contra os ciganos, há um pequeno estudo de opinião que revela que 60% dos eleitores concordam, incluindo da CDU e do BE, o que significa que é transversal.”

Apesar das reservas em atribuir à imigração uma explicação para a

Apoiantes do Chega na noite eleitoral no Hotel Marriott

“

Está criada a ideia de que temos um problema de imigração e de segurança, que não corresponde à verdade

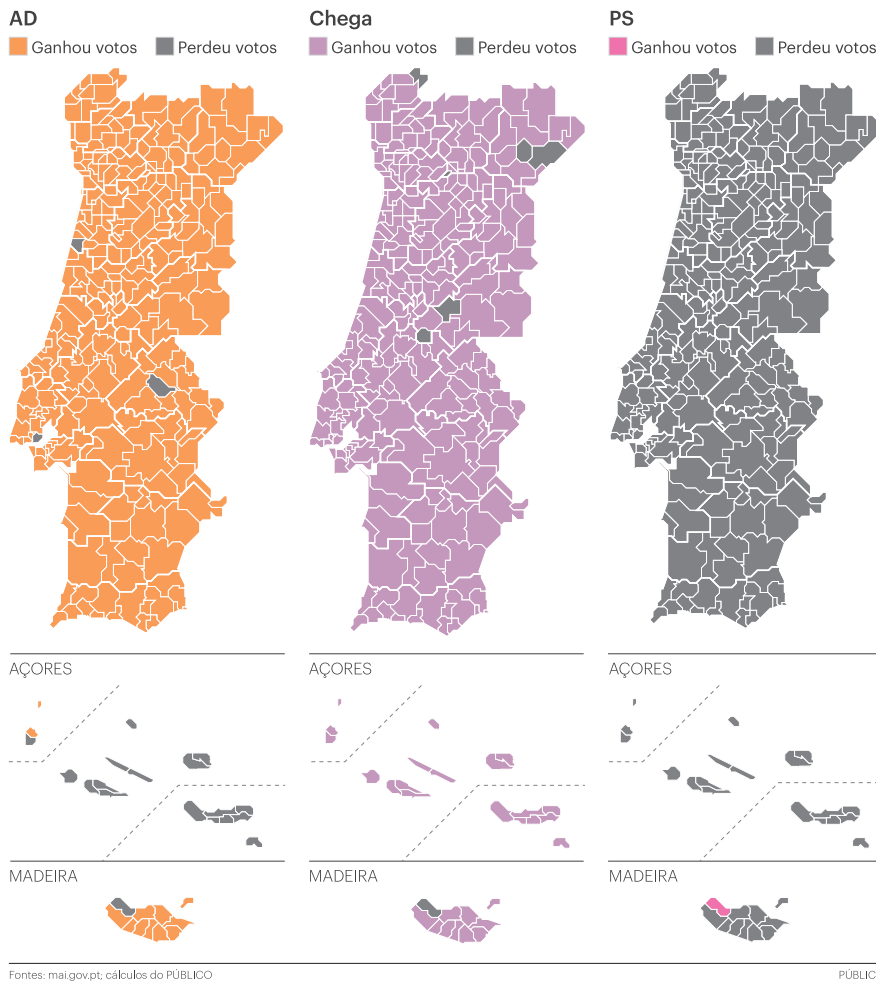
Isabel Estrada Carvalhais
Professora na Universidade do Minho

subida do Chega, João Carvalho não afasta por completo o facto de ter desempenhado um papel, até porque a gestão do tema “foi perfeita para alimentar o Chega e para alimentar uma bola de neve”, refere. “É um desastre político de todo o tamanho dos governos socialistas porque se tornou evidente que ia rebentar” – gerou-se um acumulado de processos de regularização, sem se terem atribuído recursos humanos para os resolver, e era óbvio que iria “gerar uma série de notícias sobre a imigração”. Por sua vez, com isso, a imigração passou a ser olhada como “um forte problema em Portugal”, o que beneficiou “o Chega”, acrescenta.

Com a imigração a ganhar peso na demografia e a ausência de resposta dos serviços do Estado, com cortes em serviços públicos a provocarem a competição entre cidadãos nacionais e estrangeiros por causa da pressão sobre os recursos, “quem vai ser o culpado?”, questiona retoricamente. “Os imigrantes”, responde.



O sobe e desce por partido



Fontes: mai.gov.pt, cálculos do PÚBLICO

ferência de votos do centro direita para a direita”, defende.

Estudar os perfis

André Carmo, que além de professor é deputado municipal da CDU no Barreiro desde 2021, lembra que o avanço do Chega, que ficou em segundo lugar naquela cidade, se enquadra numa “dimensão global, internacional”, uma “viragem extra radical” e populista que se tornou “visível e preocupante”.

Natural do Barreiro, onde vive há 41 anos, o professor relata que muitos dos seus amigos de infância, alguns filhos de famílias comunistas, abandonaram o voto na CDU e passaram a apoiar o Chega. Trata-se, diz, de “classes populares suburbanas, com baixos salários”, onde o discurso racista e xenófobo “entra com potência enorme”, em parte graças ao “trabalho” do partido Chega nas redes sociais.

Também João Carvalho considera que o discurso anticiganos, com a tónica na subsidiodependência, foi mobilizador do eleitorado.

Considera que a forma como o Estado geriu a transição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), marcada por “trapalhadas” e desgaste, acabou por alimentar este caldo social, o que o Chega, com “grande habilidade”, soube explorar.

Para si, a ascensão da extrema-direita em Portugal está directamente ligada à “derrota da social-democracia” no mundo ocidental. Os imigrantes foram transformados no “bode expiatório” mais fácil para justificar as dificuldades das classes populares, incluindo a perda de poder de compra e o fechamento de horizontes para o futuro. Mas ressalva: a percepção muda conforme o fénótipo ou a origem do imigrante: “O imigrante branco ou americano não é visto como um problema.” Por enquanto, ainda está a tentar “digerir” os resultados eleitorais.

Isabel Estrada Carvalhais conclui que é importante “explorar os restantes factores explicativos” do voto no Chega, “o que implica olhar para perfis socioeconómicos, escolaridade, idades, género, profissões, áreas residenciais, etc., etc...”. Ou seja, é preciso fazer “uma leitura mais fina do perfil de todas as pessoas que votaram”. E, acrescenta, “não podemos esquecer que há também novos portugueses, por naturalização, e que será interessante perceber o seu voto na medida em que há entre eles quem tenha valores bastante conservadores, até do ponto de vista religioso, e tenda a responder positivamente ao estilo de líderes populistas como André Ventura, que encontramos na América Latina por exemplo”. Deixa a pergunta: “Quando se fala no voto jovem, exactamente que jovens votaram? Rapazes, raparigas, com que escolaridade?”

AD subiu em 90% dos concelhos

Socialistas pioraram os resultados em 307 municípios

Dados do Eurobarómetro de Dezembro de 2024 mostram que em Portugal a imigração aparece como um dos principais problemas para 10% das pessoas, um valor muito inferior à média europeia (20%), mas que representa um aumento de 4 pontos percentuais face à Primavera desse ano. Mostram ainda os dados desse Eurobarómetro que 96% acha que os políticos são corruptos, e a percentagem alta é algo que é constante nos sucessivos inquéritos. O politólogo associa o voto no Chega aos “insatisfeitos e antipolíticos”.

De resto, critica Ventura que, com a projecção mediática que tem, facilmente vai dominar a agenda “sem ter uma única proposta exequível”.

Por fim, a estratégia de acomodação – de Luís Montenegro – de integrar temas de segurança e imigração no topo da sua agenda política, com o objectivo de ir buscar votos ao Chega, “foi um falhanço”. “Favorece eleitoralmente o Chega, não ganha mais votos à extrema-direita, e a longo prazo acaba a potenciar a trans-

A Aliança Democrática (AD) foi o partido mais votado em 70% dos municípios e melhorou o seu resultado em mais de 90% — vale à coligação 89 deputados, mais nove do que na anterior legislatura. Mas se os ventos de 2025 confirmam a tendência de 2024 — um país que virou à direita —, é na cor que os ventos de mudança pintam que nos mostra um país diferente. O mapa que tipicamente se dividia entre laranja e rosa já tinha laivos de uma nova cor em 2024. Em 2025, essa cor ganha força — o Chega colou-se ao PS e até ganhou mais concelhos do que os socialistas.

O Partido Socialista saiu da noite eleitoral como grande derrotado. Saiu vencedor de apenas 33 concelhos, depois de, há pouco mais de um ano, ter somado triunfos em 139. Um resultado historicamente mau, com descidas em 307 concelhos do país — só melhorou o resultado em Porto Moniz, na ilha da Madeira. Os ventos laranjas ganharam força no último ano. Depois de brisas ligeiras terem permitido à AD bater os socialistas em 2024, as eleições de domingo trouxeram crescimentos mais sólidos à coligação, com aumentos superiores a cinco pontos percentuais em uma

centena de municípios do país. A excepção é o anticiclone dos Açores, com descidas em quase todos os concelhos do arquipélago. O furacão Chega, por seu lado, tomou de assalto o país, acima de tudo o Sul de Portugal. O partido de André Ventura venceu em 60 concelhos (mais 51 do que no ano passado) e, enquanto falta contar os votos dos círculos da emigração, tem o mesmo número de deputados do que o PS. Descidas? Só em sete municípios do país: Porto Moniz, Mesão Frio, Alfândega da Fé, Vila de Rei, Oleiros, Mogadouro e Melgaço. **José Volta e Pinto**



RUI GAUDÊNCIO

Legislativas PS e Chega defendem “estabilidade” de governo de Montenegro

Medina pondera candidatura a líder do PS

Opiniões de Pedro Adão e Silva, Maria João Marques e André Coelho Lima

Destaque, 2 a 7, Espaço Público, 10/11, Última e Editorial